

Moçambique

Um parto complicado

A democracia espreita. Primeiro sinal é a multiplicação de partidos políticos. Mas se muitos se anunciam, poucos oficializaram a sua formação. E não faltam sequer as tricas internas que lançam o caos entre grupos políticos que taciteiam o novo terreno democrático

Augusto de Carvalho
Maputo

QUARTA-FEIRA, 6 da manhã. O Macaríngue, artesão-escultor, toca à campainha do meu apartamento na Rua Salvador Allende: «Desculpa muito, estou a pedir um chapéu com abas, se pode arranjar não sei. Os bandidos cortaram as orelhas do meu pai e o velho não sai de casa, mete pena.»

«Vai dizer a Chissano que os bandidos andam por aqui e mostra o que fazemos, vamos voltar», disseram-lhe.

O Macaríngue, ombros largos, entroncado, bigode farto, habituado a talhar a madeira dura para dela arrancar figuras bizarras («o homem transforma a natureza», gosta de dizer), deixou cair lágrimas grossas, desalentadas — ele não pode transformar os homens.

Cortaram as orelhas a mais quatro e um ficou sem o nariz. Tudo à faca.

Foi numa povoação. Casas espalhadas pelo mato, escondidas entre cajueiros fortes e mafureiras frondosas, a 12 quilómetros de Maputo, quase na zona industrial da Machava.

É assim esta guerra, cujo termo se procura em diálogo difícil, em Roma, na Comunidade de Santo Egídio, diálogo assinalado sempre na capital moçambicana pelo derrube dos postos condutores da energia para deixar a cidade às escuras.

Não são animadoras as notícias que nos chegam da Cidade Eterna. Impasses constantes, jogos de ganhar tempo. Na semana passada, junto da Manhica, na Estrada Nacional n.º 1, a uns 40 quilómetros de Maputo, 14 civis foram trucidados. Viajaram na sua vida normal, com mais 36 que ficaram feridos e conseguiram fugir. É o pão nosso de cada dia. Por esse Moçambique fora é assim.

tração de poderes na pessoa do Presidente da República».

Máximo Dias, militante da Renamo no tempo de Andre Matsangaiza, já morto, disse: «Este movimento rebelde quando Evo Fernandes foi nomeado secretário-geral. Exilou-se em Lisboa pouco depois do 25 de Abril e, agora, afirma que vai desfazer o escritório na capital portuguesa e dedicar-se à vida política, em Moçambique.»

Primeiro foi o PALMO

Também no fim-de-semana, o PALMO, Partido Liberal de Moçambique, realizou, na cidade da Beira, o seu Congresso constitutivo. Críticas violentas à Frelimo, ao governo e ao monopartidarismo, reportadas nos meios de Comunicação Social. A Frelimo fez-se representar por Rafael Maguini, membro do bureau político e ministro da Informação, que ouviu aquilo que Mafoma nunca disse do toucinho, críticas que, aliás, andam na boca do homem da rua. Anunciou-se a presença de um delegado da Renamo, mas não chegou a comparecer.

Trata-se, porém, de um partido que não consegue subtrair-se a laivos acentuados de racismo, insistindo que os pontos-chave da economia devem estar nas mãos de «moçambicanos originários», isto é, negros, que afirma serem marginalizados na actual sociedade moçambicana.

O programa do PALMO é impreciso. Dificilmente se lhe descortina uma doutrina sistemática, limitando-se a fazer suas as muitas críticas que todo o mundo tece contra a Frelimo, insistindo nas liberdades públicas: informação, associação, direitos humanos em geral.

Foi o primeiro partido a realizar uma conferência de Imprensa. Seguiram-se-lhe o COINMO, Convenção Independente Nacional Moçambicana, com a maioria dos aderentes iniciais a viverem no Quénia, e a UDENAMO, radicalo, sobretudo, em Quelimane.

O COINMO teve a originalidade de sugerir, para resolver os graves problemas económicos de Moçambique, a abolição da moeda nacional. O final do Congresso do PALMO foi tempestuoso. Os homens fortes, membros da comissão instaladora, acabaram por se desentender. Um deles, Casimiro Nhamitambo, indicado inicialmente para o cargo de presidente, abandonou a sala no último dia, recusando-se a revelar as razões do seu gesto. Foram eleitos, para presidente, o engenheiro Martins Luís Bilal, para

vice-presidente, o médico António Palange e para secretário-geral, o jornalista Matias dos Amores. António Palange seria, no dia seguinte, acusado pelo secretário-geral de «alcoólico e pessoa mal vista na sociedade, dando uma má imagem do partido», Matias dos Amores pede que ele seja afastado do PALMO, enquanto Nhamitambo declara que 50 por cento dos delegados ao congresso são seus apoiantes e que «passarão a novo partido se eu os convidar».

Uma das acusações que mais terá feito reagir Nhamitambo, terá sido o facto de o acusarem de ser um infiltrado da Frelimo.

Aliás, todos eles foram militantes da Frelimo até há bem pouco tempo. Um outro partido, que ainda não apareceu em público, mas já tem projectos e estatutos, é o PCN, Partido da Convenção Nacional, um movimento que assenta, sobretudo, em jovens universitários a finalizarem os seus cursos e outros licenciados recentes. Definem-se como sociais-democratas, optam por uma Constituição do tipo semipresidencialista e defendem intransigentemente uma política de direitos humanos e liberdades públicas. Uma das personalidades mais em evidência é Lutero Simango, filho do dirigente da Frelimo, Urias Simango, afastado no confronto com a linha liderada por Samora Machel em 1968. Desconhece-se o paradeiro de Urias Simango, supondo-se que tenha sido morto. O seu destino, bem como o de Joana Simião, Lazara Kavandame e Mateus Guengere, vai constituir tema de muitos comícios e intervenções partidárias.

Também os advogados se instituíram em Ordem no decurso desta semana, com atribuições em tudo semelhantes à Ordem dos Advogados de Portugal.

Em Moçambique existem 60 advogados para uma população de 15 milhões de habitantes, ou seja, um advogado para 250 mil.

Todas estas actividades se têm processado ordenadamente, sem intervenção das forças de repressão, embora se note uma carência generalizada de estudos sobre a situação do país, onde, por exemplo, cerca de 75 por cento das despesas públicas são financiadas por dadas vindas do exterior, com as empresas, por enquanto, estatizadas em grande maioria, a apresentarem défices consideráveis.

É este, em síntese, o panorama político de um país a caminho da democracia com outras organizações partidárias que já se anunciam no horizonte, embora nenhuma delas tenha, até agora, a sua inscrição em ordem. Exige-se, para tanto, o registo nos departamentos competentes, que envolve cem assinaturas de cidadãos domiciliados em cada uma das dez províncias moçambicanas.

O diálogo já é possível

Entretanto, o diálogo já é possível, com partes políticas a anunciarem o seu aparecimento e a criticarem a guerra que só destrói.

No sábado, dia 11, chegou de Lisboa, o advogado Máximo Dias, Deu Conferência de Imprensa no aeroporto e disse que vinha lançar as bases, em Moçambique, do seu partido político, o MONAMO (Movimento Nacional Moçambicano). Criticou o monopartidarismo, solidarizou-se com a luta da Renamo, que ele entende como uma luta pelas liberdades democráticas e insurgiu-se contra a «demasiada concen-